

Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil

Gustavo Souza Santos

da Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros – Minas Gerais - Brasil
gustavo.ccpv@gmail.com

Maria das Graças Campolina Cunha

da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
gracapira@yahoo.com.br

Resumo: Em junho de 2013, manifestações populares tomaram as ruas e se alastraram pelos 26 estados brasileiros, o Distrito Federal e 12 de capitais. As demandas, inicialmente concentradas em reivindicações sobre transporte público e mobilidade urbana, se tornaram conchaves às necessidades sociais como educação, saúde, emprego, renda e representação política. Além da tomada das ruas e espaços públicos, os atos concentraram esforços também pelas vias do ciberespaço por meio de redes sociais e dispositivos móveis, complexificando os esforços ativistas e oferecendo um novo panorama em termos de dinâmicas socioespaciais e insurgentes. Neste sentido, este trabalho se debruçou em analisar as dinâmicas de rede e escalas nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, adotando como suporte documental o conteúdo noticioso de jornais de maior circulação no período e outras fontes jornalística em uma articulação entre espaço e movimentos sociais.

Palavras-chave: Jornadas de Junho. Rede. Escala. Movimentos sociais.

Introdução

Em 17 de junho de 2013, manifestações sistêmicas se instalaram em 12 capitais do país. Milhares de pessoas ocuparam as vias brasileiras em protesto, com vocalizações polissêmicas, unidas por um sentido de insurgência e um uníssono de clamor popular. Qualquer classificação ou rotulação apressada parecia terminantemente inadequada para dirimir a sintaxe e a tônica de seu delineamento.

O Movimento Passe Livre (MPL) - movimento de ativismo e discussão em torno do transporte público - e uma coesão de jovens usaram importantes vias paulistanas para protestarem contra o aumento da tarifa do transporte público. Entretanto, a ocupação das ruas ampliou seu escopo e agremiou um grande espectro de adeptos em todo o país, fazendo das ruas o eixo para uma série de reivindicações tocantes a temas sociais, políticos e cotidianos.

Embora 17 de junho tenha sido o evento símbolo dos acontecimentos que marcaram os protestos subsequentes e sua conjuntura, atos anteriores ocorridos entre 7 e 12 do mesmo mês constituíram a corporificação inicial do movimento. O alastramento pelas capitais e sua difusão posterior foi precedido de estopins nas vias paulistanas, o que constituiu o epicentro das manifestações.

Factualmente, atos desencadeados no território nacional. Mas o significado ou rumo de qualquer cenário evocado pelos eventos daquela segunda-feira não podiam ser contidos nos acontecimentos rotineiros de um décimo primeiro dia útil. As manchetes anunciavam que um contingente representativo do país tomou as ruas, está em protesto e demanda efeitos.

A bandeira inequívoca dos atos iniciais se articulava em torno da demanda pela eliminação dos custos do transporte coletivo, endereçando-se à autoridade governamental. O princípio era de longa data e familiar às narrativas urbanas e políticas de São Paulo, todavia se tornou um signo ainda maior de contravenção.

O aumento de R\$ 0,20 à tarifa de ônibus no âmbito do transporte público paulistano soou uma involução às discussões do MPL e de entusiastas do transporte coletivo face a uma proposta de ausência de tarifas. As moedas pouco significavam em um sentido estrito, porém sua não negociação ocasionou um litígio popular em relação ao estado, tocando feridas antigas como a representatividade, destino das verbas públicas e uma gestão pensada no bem social.

O agenciamento espontâneo, a organização em rede, o aporte de mecanismos online, o resgate aos autos da cultura e do engajamento político, bem como os desdobramentos espaciais observados em sua insurgência e desenvolvimento revelam outras profundezas e elementos aquiescentes para o estudo de movimentos sociais contemporâneos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar as dinâmicas de redes e escalas das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

Metodologicamente, a pesquisa apoiou-se na análise documental do conteúdo noticioso dos três jornais de maior circulação (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) no período (2012/2013), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC). As notícias foram selecionados conforme o período de vigência das manifestações

(16 a 31 de junho de 2013)¹, catalogados e selecionados para discussão.

Uma jornada reticulada: as redes de junho de 2013

Entre a dificuldade de recepção inicial dos protestos e a inabilidade de negociações por parte do Estado, os manifestantes cobriram os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Manifestações ocorreram em 538 municípios (figura 1), entre capitais, regiões metropolitanas e cidades de maior e menor porte, numa estimativa de 2,7 milhões de participantes no período compreendido pela jornada². Reflexos dos protestos ganharam ainda contornos em 73 cidades no exterior³, como uma inflexão solidária ao contexto trazido pelas ruas.

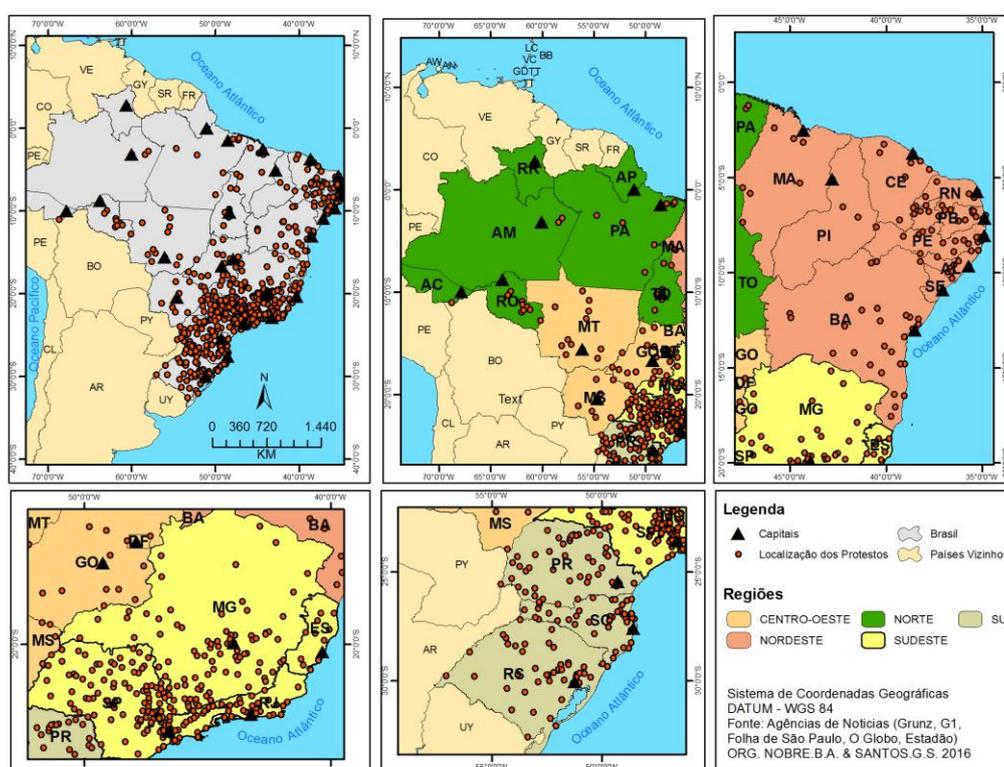


Figura 1 - Localização dos protestos por cidade e estado

¹Fontes jornalísticas complementares foram adotadas de veículos on-line, cuja cobertura dos eventos complementaram os achados das fontes aqui de jornal impresso aqui definidas: o portal G1 (disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>) e agência Grunz (disponível em: <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>).

²Conforme estimativa do portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

³No exterior, 25 países participaram dos protestos, conforme dados do site Grunz em <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>. Foram eles Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Suíça.

Para que o elemento detonador dos protestos nas jornadas de junho tivesse sua eficácia ao gestar o movimento, outro componente, associado às territorialidades de insurgência, foi substancial: as redes. Entre nós, arcos, fluxos e protestos uma malha de insurgência se alinhavou ao território nacional, permitindo o escoamento das mensagens, o enredamento de multidões como em contágio e um escalamento intempestivo, sem qualquer arranjo organizacional evidente.

Os protestos que constituíram as jornadas de junho se distribuíram em 14 dias: de 17 a 30. Todavia, flexões anteriores como injunções da mobilização que aqui se discute, e flexões posteriores como ressonâncias tardias, foram verificadas. A metrópole paulistana foi o epicentro das manifestações, representando o ponto magno para o delineamento dos fluxos que teceram a reticulação do movimento (figura 2).

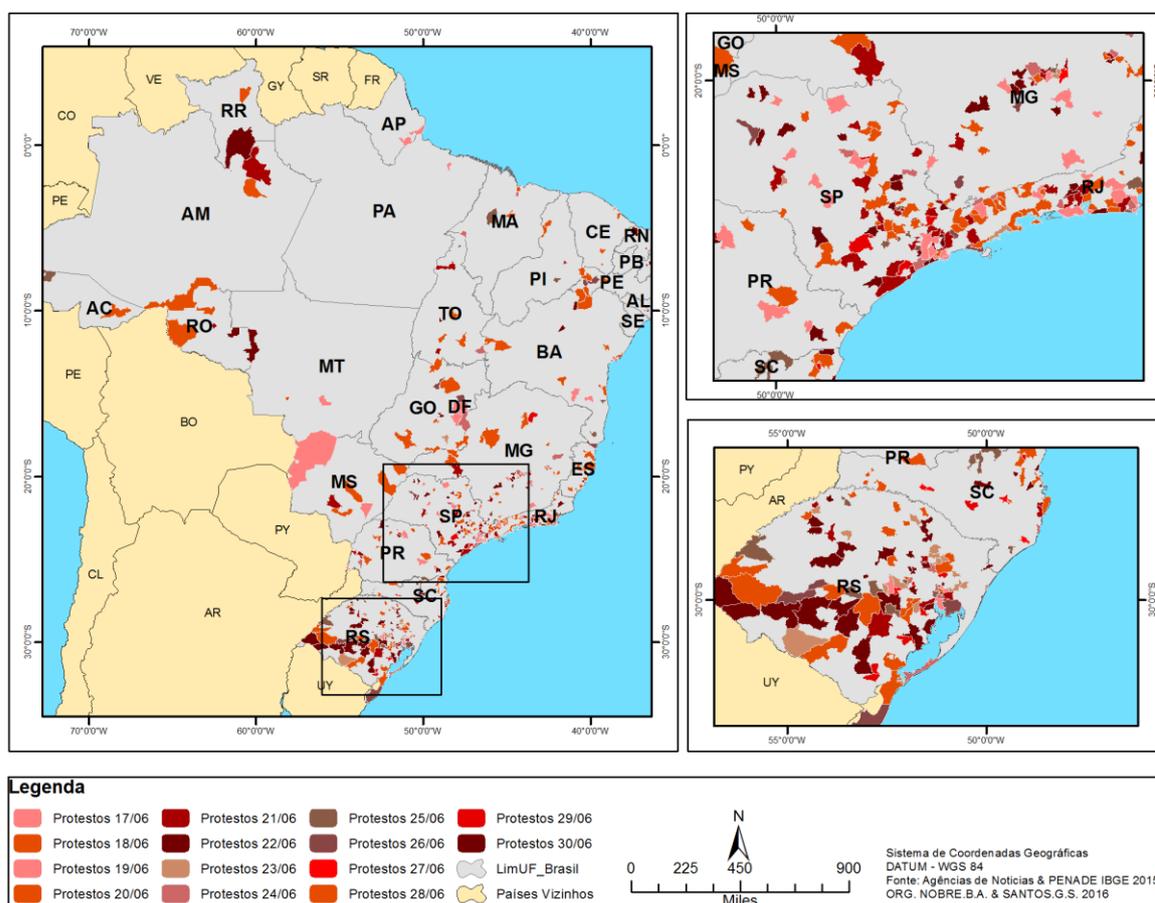


Figura 2 - Evolução dos protestos por dia e município participante

O primeiro dia de jornada (17/06) tem na cidade de São Paulo o principal reflexo e a vitrine dos atos. Além da capital, o estado paulista registrou atos em outras 8 cidades de médio e pequeno porte⁴. Além de São Paulo, Minas Gerais foi o único estado a apresentar cidades além das capitais com ocorrências de protesto. Em Minas, outras 3 cidades de médio e pequeno porte se juntaram à capital Belo Horizonte.

O dia 17 de junho concentrou atos em outros 9 estados e o Distrito Federal, particularmente nas capitais Belém, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória e em Brasília. No dia seguinte (18/06), os estados do Acre, Goiás, Maranhão, Roraima e Santa Catarina registram a participação de suas capitais no movimento. Além da capital catarinense, cidades de pequeno e médio porte tiveram atos registrados. Mato Grosso do Sul registrou atos em uma cidade de médio porte. Continuidade de atos foram observados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, seja em capitais e/ou cidades de pequeno e médio porte.

Amapá e Mato Grosso passam a apresentar atos a partir de 19 de junho. Já o Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe registram atos em capitais e outras cidades no dia 20. Permanências são observadas nos estados da região Sul e Sudeste, com participação de estados representando as demais regiões até o quarto dia de manifestações pelo país. Tocantins registra atos em Palmas apenas a partir do quinto dia de protestos (21/06).

Do Sudeste, Minas Gerais e São Paulo, e do Sul, o Rio Grande do Sul, apresentaram registros de protestos em todos os dias que constituíram as jornadas, tendo a participação de suas capitais, cidades das regiões metropolitanas e outras cidades de pequeno e médio porte. O Distrito Federal não registrou atos apenas nos dias 21 e 29/06. Mato Grosso, Pará e Sergipe concentraram atos apenas em suas capitais, diferentemente dos demais estados.

Tendo São Paulo como o nó principal da trama das jornadas de junho, pode-se observar que no primeiro dia de atos (17/06), a região Sudeste estabelece o maior número de arcos, com o envolvimento de todo os estados que a compõem. Arcos são verificados também na região Sul que, por meio do Paraná e do Rio Grande do Sul, tecem a trajetória de Santa Catarina a partir do segundo dia de atos (18/06).

⁴A classificação de cidades aqui referenciada parte da definição do IBGE de porte de cidades pelo volume demográfico, onde cidades de pequeno porte possuem até 100 mil habitantes, médio porte entre 100 e 500 mil e cidades de grande porte com população acima de 500 mil habitantes.

O Distrito Federal, arqueado por São Paulo, torna-se nó para a região Centro-Oeste, abarcando Goiás e Mato Grosso do Sul no segundo dia de protestos (18/06) e Mato Grosso, finalmente, no terceiro dia (19/06). Na região Nordeste, a arqueadura fica por conta dos estados da Bahia, Alagoas e Ceará. Pelo volume de participações, a partir de São Paulo, Bahia passa a representar o nó nordestino que somente passa a ter totalidade dos estados participantes, a partir do sexto dia de manifestações (22/06). Da mesma forma, o Norte tem representação total até o sexto dia de protestos (22/06).

Por encabeçar os atos iniciais do MPL e registrar os protestos mais volumosos e com ampliação de escopo passando a se designar como jornadas de junho, a cidade e o estado de São Paulo representaram o ponto nevrálgico da reticulação do movimento. Como nó, o estado paulista promoveu ao lado os arcos compostos por Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pará, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul a tessitura intercomunicante para a difusão e envergadura dos atos.

Embora a localização maciça dos atos pode ser constatada nas regiões Sudeste e Sul (figuras 1), a representatividade do Nordeste, Centro-Oeste e Norte tornam a análise do circuito dos protestos menos óbvia e mais complexa. O movimento satélite de capitais e cidades de menor porte indicam uma ondulação complexa, mas unitária, partícipe da mesma circulação de fluxos.

Epidemia de manifestações tem quase 1 protesto por hora (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a articulação dos discursos e para divulgar hora e local dos protestos (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Mas a epidemia só ganhou força depois do dia 17, ao monopolizar o noticiário das grandes redes de televisão (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Em sintonia com as últimas manifestações do país, brasileiros realizaram protestos ontem nas cidades de Nova York, Montreal, Dublin e Berlim (O Globo, 17 jun. 2013, p. 3).

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado [...]. A diferença foi a força demonstrada pelas mídias sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe em tempo real das manifestações, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

[O Globo:] Os protestos no Brasil não tinham líderes. Isso é uma qualidade ou um defeito? [Castells:] “Claro que é uma qualidade. Não

há cabeças para serem cortadas. Assim, as redes se espalham e alcançam novos espaços na internet e nas ruas. Não se trata, apenas, de redes na internet, mas redes presenciais” (O Globo, 30 jun. 2013, p. 17).

Subvertendo o jogo simbólico midiático, os protestos ganharam repercussão e vazão de suas mensagens. Aqueles que por canais não ortodoxos, como as redes sociais tinham conhecimento dos movimentos e já se imbuíam do que se proclamava nas ruas, passaram a se engajar de maneira mais difusa. A mudança de espectro da imprensa e de tratamento por parte do governo apenas legitimaram uma onda popular como ainda mais popular.

Epidemia, contágio ou onda. O noticiário buscava repertório suficiente para definir ou reter de modo linguístico o que não era possível exprimir e dar conta no primeiro momento: uma onda de protestos marcados pela espontaneidade, volume e desorganização objetiva. O aporte midiático, todavia, não bastou aos manifestantes e, seguramente, não bastou à população.

As redes sociais com um emaranhado de tessituras maior, mais intrincado e com mais volume de fluxos já estabeleciam o encontro entre a insurgência manifesta e o que dela se desprende como ato concreto, o protesto. As redes sociais foram fundamentais para a unificação do movimento tão incontrolável e voraz como um abalo sísmico que não conhece outra resposta a não ser verter sua sismicidade.

O agendamento de locais, datas, horários e instruções foi determinante para unir distâncias, eliminar separações e convergir pulsões sociopolíticas heterogêneas e heterodoxas. Como meio de informação alternativa e de emboscada, isto é, para além do tráfego noticioso mediado pelos grandes grupos, os sujeitos se informavam e registravam a trajetória dos atos e seu próprio envolvimento.

Além da espontaneidade e do volume das manifestações, duas características se destacavam: o discurso apartidário e a ausência de lideranças definidas. O discurso de “sem partidos” vigorou em cartazes, nas vocalizações e na conduta dos manifestantes que rejeitavam apropriação ideológica de um processo que consideravam popular e não tinha que ver com qualquer posicionamento político, mas tão somente com o compromisso de transformação da luta ali pleiteada.

Todavia, uma miríade de demandas se ajuntava a uma diversidade de público e a própria ausência de uma organização formal, ao mesmo tempo conferia liberdade ideológica e tornava o movimento vulnerável a narrativas e apropriações de diversos

sentidos e causas. Paradoxalmente, esse aspecto dava ao movimento a sobrevida e pujança necessária para que se arregimentassem como unidade de contrapoder, mas concorria também para sua efemeridade, já que o pensamento de urgência não é um pensamento de projeto, programa e futuro.

Retomar o caráter de espontaneidade do movimento é necessário para compreender sua dimensão como rede social e geográfica. As jornadas de junho romperam como sobressalto. “Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente” (CASTELLS, 2013, p. 182).

A espontaneidade dos atos, marcada pela desorganização e ausência de lideranças ou de posicionamentos ideológicos institucionalizados causou indagação à leitura midiática e de governo, que não puderam prever com precisão a eclosão ou o desenvolvimento dos atos, resultando em sua má representação e tratamento inicial, alimentando ainda mais o grito encolerizado de insurgência das ruas.

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam - e estão - sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, *post a post*, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (CASTELLS, 2013, p. 183-184).

As redes podem ser entendidas como sistemas de comunicação ou intercomunicação onde um programa unifica objetos e fluxos diante de um propósito central, evidenciando uma trama integrada (DIAS, 2001). Ora, tem-se na rede um conjunto de ligações que promovem uma integração diante de um projeto ou circuito (SOUZA, 2013b). Na trama das redes, compõem sua tessitura os fluxos como ligações e os pontos principais que promovem a articulação de tais fluxos, os nós.

A geograficidade de uma rede, porém, se dá na conjuntura de localizações ou projeções geográficas que se interconectam via fluxos tangíveis ou intangíveis, materiais ou imateriais, bem como em combinação (CORRÊA, 1997). Tais fluxos se articulam no espaço geográfico promovendo operações espaciais e espacializando objetos, trajetória e funções dentro de determinada dinâmica (CORRÊA, 2006).

As redes atendem a determinados programas, isto é, tem funções que habilitam dinâmicas socioespaciais, como redes de tráfego urbano ou esgotamento sanitário,

utilizando para isso canais, objetos e processos dispostos no espaço e na sociedade como vias, estruturas urbanas e canais simbólicos. Porém, embora contenha um programa e utilize de dimensões socioespaciais para verter seu funcionamento, as redes nem sempre são aparentes ou visíveis em um primeiro momento.

Zibechi (1997; 2008; 2015) postula um conceito de rede que emula a expectativa de manifestação aparente e reconhecida: as redes ocultas ou submersas. Doravante denominadas de submersas, tais redes não gozam de visibilidade e são imperceptíveis da mídia, governo e grande público (ZIBECHI, 1997; SOUZA, 2013b). Até que eclodam por meio da fermentação sociopolítica, tais redes permanecem na penumbra social.

Ressalte-se que o caráter submerso destas redes não indicam situação de clandestinidade ou ilegalidade. Na cidade, no espaço, na realidade social, diversos espectros de redes estão dispersas e funcionam de modo invisível. Nelas, “operam laboratórios culturais, em que se constroem significados e códigos diferentes dos dominantes” que, quando “emergem e confrontam a autoridade, as redes ocultas se tornam visíveis” (ZIBECHI, 1997, p. 52).

Junho de 2013 abarca essa dinâmica em sua práxis. O enredamento dos protestos cuja organização e dinâmica se mostra abrupta, vertiginosamente escalar e volumosa em termos de adesão, denota um caráter submerso precedente à sua origem e desenvolvimento. A real dimensão dos atos, desconhecida especialmente das narrativas midiáticas e da percepção governamental, tomou as ruas com desassombro e clamando atenção para a unidade partilhada incomum.

Como conteúdo reativo submerso, o aumento na tarifa de transporte público, a corrupção por trás da organização da Copa do Mundo sediada no país, os desarranjos dos serviços urbanos e públicos em termos de saúde, educação e economia. A querela contra a corrupção e o sentimento de má representação política. O direito às condições de vida, à dignidade e respeito como cidadão. Tal conjunto de causas feitas demandas, há muito concentravam pressão sobre a população.

As vivências cotidianas das contradições sociais e da opressão dos sistemas de dominação, alimentadas pelas narrativas sistemáticas de corrupção, concentraram energias de insatisfação e descrença no imaginário popular. Mas não só o imaginário sentia, o exercício cotidiano era testemunha cativa e fidedigna das feridas urbanas e sociais a que a população brasileira era submetida. Cada nova história e relato era um novo dardo inflamado.

As fagulhas de indignação deram origem a um estado inflamado de indignação feita insurgência. Discute-se aqui que as jornadas de junho antes de tomarem tal alcunha e representarem uma mobilização foram sedimentadas por essas narrativas e vivências da quotidianidade entre os sujeitos e os espaços de suas experiências de vida. O confronto com as contradições e a pulverização das condições de vida abasteceram um estado de insatisfação fornecedor do combustível de insurgência dos atos.

Concorre para esse processo de submersão, a mudança de modelos culturais. Os costumeiros movimentos sociais organizados e com narrativas já conhecidas histórica e cotidianamente não representam a totalidade das formas de ativismo e encadeamento de insurgência contra a dominação, o poder vigente ou a autoridade. A internet, notadamente pela cibercultura com as redes sociais, concorre para que outras vias e canais participem da lógica social de desenvolvimento de códigos simbólicos de poder e contrapoder.

Como anteriormente evidenciado, as jornadas de junho operaram como uma mobilização em camadas. Isto é, cooperaram com o desenvolvimento de uma territorialidade insurgente e solidária - radicada por uma identidade partilhada por uma população experimentada na quotidianidade dos cenários brasileiros e um exercício emocional de busca por transformação - e o enredamento aqui discutido por meio dos fluxos carregados pelas redes sociais on-line como pelas de operação off-line, no chão do cotidiano.

Um circuito socioespacial marcado por uma tessitura reticulada que convoca não só a materialidade das ruas, dos espaços públicos e do exercício insurgente prático, mas conclama a imaterialidade do exercício emocional ante o arrochar dos contrários e a insatisfação que se torna nutriente de luta e as vias do ciberespaço. A particularidade das jornadas de junho como mobilização social e como movimento no espaço é a combinação de pulsões e dinâmicas, seja nas territorialidades que emancipam o despertar de um gigante, seja nas redes que guiam sua ação e coadunam seu sentimento.

Uma jornada multiescalar: a escala nas manifestações

Cerca de 2,7 milhões de manifestantes, 538 cidades dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, 73 cidades no exterior em 26 países, 14 dias de protestos em uma jornada que questiona o *modus operandi* da insurgência contemporânea e suas imbricações

socioespaciais. As jornadas de junho questionam, a partir de sua unidade, a cooperação diversificada de espaços, sujeitos, territórios e identidades em um único tecido insurgente.

Ao defrontar-se com o embrião do movimento em São Paulo e adjacências, uma leitura escalar local e regional poderia ser rapidamente aplicada. No entanto, a difusão dos atos e seu encadeamento em uma mesma pasta de ação as demandas dos protestos, gira as lentes de análise para a abrangência de uma escala nacional. A participação internacional na sintonia sincrônica dos protestos acaba por deglutir a noção escalar das manifestações e acaba por alcançar suas multidimensões.

Há que se pensar ainda na tributação do movimento à onda insurgente que perpassou África, Oriente Médio, Europa, América do Norte e do Sul. Os fenômenos são conhecidos do repertório midiático: Primavera Árabe, Revolta dos Indignados, a geração à rasca, os manifestantes gregos da Praça Syntagma, os pinguins chilenos e o *Occupy Wall Street* norte-americano. De janeiro de 2010 à junho de 2013, diversos atos têm costurado um ação insurgente global virtualmente⁵ conectada.

De um lado, a sincronia de um conjunto de protestos amplificados em uma miríade de atos localizados e dispostos sobre o território nacional. Sincronia que revela o desenvolvimento de identificação e engajamento a formar pulsões territoriais, abrigando dinâmicas relacionais e insurgentes, alicerçada por redes autocomunicantes.

Do outro lado, a diacronia de atos que unem as vozes de sujeitos dispostos sobre o vasto território nacional, combinando na identidade e no relacionamento de sua territorialidade insurgente, as vivências, os cenários, os contextos, processos e estruturas que se acumulam temporalmente nos níveis escalares que alimentaram a mobilização. São os relatos locais, as condições regionais, os cenários nacionais e os processos globais nutrindo a representação de uma jornada multiescalar.

O mote do transporte público foi o mais popular, principalmente nas cidades que têm redes de ônibus. Mas os protestos também ganharam conotações regionais, especialmente nas cidades menores (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Reação em cadeia (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Mais de 1 milhão vai às ruas no país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 1).

⁵O advérbio “virtualmente” é aqui adjetivado com o sentido de “potencialmente” ou “ubiquamente”, sem relação ainda com a discussão sobre internet e redes sociais on-line.

As manifestações se desenvolveram sob o mesmo sele e sentimento, movendo os participantes a verbalizarem e vocalizarem demandas variadas. As demandas partiam dos contextos mais particularidades, visitando as peculiaridades das vivências das cidades de pequeno porte, passando pelos cenários enfrentados pelas cidades de médio porte e aos percalços que afetam as grandes cidades e os eixos socioespaciais a elas atrelados.

São os projetos de vida de comunidades, as lutas diárias de grupos sem visibilidade institucional, as condições de vida locais, são as queixas de desestruturas sentidas regionalmente, as vivências particulares que se aderem a combinação variada que forma o cenário nacional. Essa variada cartela de sentidos, reivindicações e identidades trazidas do local para o nacional é que fomentaram o sentido de uma luta comum, com um engajamento incomum, sob uma única jornada.

O resultado percebido foi uma abrangência fugidia, isto é, que leva a compreensão a se deslocar sobre o local, visitar o regional, partir do nacional, sem prescindir do global, ora sob panorama, ora sob particularização. Uma “reação em cadeia” foi a etiqueta noticiosa a representar o que se presenciava ao longo de quase uma quinzena de atos que designaram junho de 2013 como uma jornada multiescalar.

Entendendo a escala como um conceito que permite contextualizar concepções da realidade, é preciso considerar que a escala e diferentes variações dela se estabelecem por meio da articulação interações sociais por meio de uma estrutura histórico-geográfica (CASTRO, 2001; SOUZA, 2013a). Isso aponta para o caráter social da escala, isto é, como conceito não dado, sua tipologia, abrangência e peso são parte de um processo de construção social da escala (SOUZA, 2013a).

Junho de 2013 apresenta uma tipologia escalar: fundada em uma escala de fenômeno, remetendo ao caráter de movimento ou mobilização social; de análise, na medida em que flexiona seus diferentes níveis em uma abrangência geográfica; e de ação, no que toca ao regimento do movimento, sua funcionalidade e difusão como intento de contrapoder com uma agenda própria (CASTRO, 2001; SOUZA, 2013a).

Retomando a metáfora sísmica, as jornadas de junho com o epicentro em São Paulo e no arqueamento e nós de uma rede insurgente catalisada no movimento, repercutiu magnitudes distintas ao longo de seu raio de alcance. A intensidade de ação operou diferentes escalas em diferentes níveis, gerando reações de aderência mais e menos volumosas, conforme a recepção a particularidade de cada ponto de impacto.

Castells (2013, p. 21) aplaina o caminho da discussão:

Mas direi isso: os movimento sociais de hoje, e provavelmente aqueles que ocorreram ao longo da história [...] são constituídos de indivíduos. Digo isso no plural porque, na maior parte do que li das análises sobre esses movimentos em todas as épocas e sociedades, eu encontrei poucos indivíduos, às vezes apenas um único herói, acompanhados de uma multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fiéis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana. No entanto, embora agrupar a experiência de vida das pessoas em convenientes categorias analíticas da estrutura social seja um método útil, as práticas reais que permitem que os movimentos surjam, transformem as instituições e, em última instância, a própria estrutura social são desenvolvidos por indivíduos, em seus corpos e em suas mentes.

Os protestos não ofereciam lideranças ou posicionamentos ideológicos centrais, ao contrário, os manifestantes rechaçavam o furto do protagonismo dos atos por ideologias de grupos, partidos e sindicatos⁶. A contradição oferecida pelas manifestações eram não ser tipificada por uma coletividade indiferente ou um grupo neutro, mas por indivíduos engajados e que, mesmo na pluralidade de vozes, se agremiavam em uma proposta unificada.

É preciso destacar que a operação que gera transformação, o fragor socializante e politizante que se torna luta e a relevância de motivações e agendas que propiciam engajamento parte dos indivíduos, de sua ação como tais, de sua mentalidade, de sua emoção, de sua performance. O destaque, porém, vem da originalidade individual que articula e constrói empreendimentos sociais, dispostos a agirem sobre a realidade e a ela modificarem no tempo e no espaço.

Em junho de 2013, os indivíduos confessando sua origem, suas vivências, suas experiências, seus sentimentos e pensamentos transformaram sua individualidade em práticas socioespaciais. Práticas marcadas pela sociabilidade e pelas interações que gestam a realidade e pela dimensão espacial, não limítrofe à distância, mas capaz de recombiná-la em proximidade, engajamento e identidade.

A individualidade feita prática socioespacial e provada no sentimento de indignação cujos detonadores são diversos e se complexificam na própria trama do país ao ser posta em exercício gerou um unísono capaz de engajar e identificar. “Desse modo,

⁶ Não se quer evidenciar aqui que os atos neutralizaram qualquer domínio ou discurso ideológico, apenas se reitera que na totalidade, o movimento não tinha bandeiras institucionalizadas. As multidões prezavam pela espontaneidade natural e original de protestos por tudo e por todos.

a questão-chave [...] é quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas” (CASTELLS, 2013, p. 21).

É nessa perspectiva que se insere a escalaridade das jornadas de junho. Marcadas pela ação individual, pelos contextos que nomeiam diferentes abrangências geográficas, espacialidade, temporalidades e o modo insurgente que caracteriza um movimento social, as multiescalas são construídas a partir das múltiplas interações sociais travadas.

Essas interações se difundem por meio da difusão dos movimentos via mídia tradicional ou pela comunicação livre e empoderadora das redes sociais, pelo convite às ruas, pela indignação e insatisfação que se tornam solidariedade e autoidentificação feita participação. E são essas interações que produziram a multiescalaridade do movimento, uma vez que a escala é uma construção social (SOUZA, 2013a).

Between protests and flows: network and scale in the journeys of June 2013 in Brazil

Abstract: In June 2013, popular demonstrations took to the streets and spread through the 26 Brazilian states, the Federal District and 12 capitals. The demands, initially focused on public transportation and urban mobility claims, have become conquests to social needs such as education, health, employment, income, and political representation. In addition to taking the streets and public spaces, the acts have also focused efforts on the path of cyberspace through social networks and mobile devices, furthering activist efforts and offering a new outlook in terms of socio-spatial dynamics and insurgents. In this sense, this work focused on analyzing the network dynamics and scales at the June 2013 Brazil Days, adopting as documentary support the news content of newspapers with the highest circulation in the period and other journalistic sources in an articulation between space and social movements .

Keywords: June Journeys. Networks. Scale. Social movements.

Referências

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: _____. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997. p. 107-118.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, M. L. Escala geográfica, “construção social da escala” e “política de escalas”. In: _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.

_____. Redes. In: _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013b.

ZIBECHI, R. *La revuelta juvenil de los 90*. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

_____. *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, México, 2008.

_____. *Territórios em resistência*. Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Sobre os autores

Gustavo Souza Santos – Doutorando em Desenvolvimento Social (PPGDS) e mestre em Geografia (PPGEO) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc).

Maria das Graças Campolina Cunha - Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Recebido para avaliação em março de 2018

Aprovado para publicação em junho de 2018